

Documento de Trabalho/ Working Paper nº 48

BENTO DE JESUS CARAÇA E A INTEGRAÇÃO EUROPEIA

Carlos Bastien

GHER
Gabinete de História Económica e Social
Lisboa
2012

GHER - Série Documentos de Trabalho
Publicação do

GHER - Gabinete de História Económica e Social
R. Miguel Lupi, nº 20
1249-078 Lisboa - Portugal
Telf. 213925974
Fax. 213925940
e-mail: ghes@iseg.utl.pt

Resumo

Bento de Jesus Caraça foi uma figura destacada das vida portuguesa do período entre guerras e do pós Segunda Guerra.

A sua intervenção pública teve uma dimensão política, que inclui uma reflexão doutrinária sobre a Europa e em particular sobre as relações de Portugal com a Europa, que tomou como uma entidade cultural mas não política.

Nesse plano, foi um crítico dos diversos projectos de integração europeia então formulados, incluindo os oriundos de círculos intelectuais e políticos de esquerda.

Apesar de ser um marxista com grande originalidade interpretativa, as suas posições em matéria de integração europeia mantiveram-se próximas das então formuladas pelo Comintern.

Abstract

Bento de Jesus Caraça was a prominent figure in the Portuguese society in the interwar and post-world war II period.

His public intervention had a political dimension that embraces a doctrinal reflection on Europe, namely concerning the relations between Portugal and Europe, taking the latter as a cultural, not a political entity.

In this context, he was a critic to the different projects of European integration, which came about in this period, including those designed by the left intellectual and political circles.

Despite being a Marxists with great interpretative originality, his position on European integration topics stood close to Comintern's.

Keywords: European Integration; Marxism; Portugal.

JEL: B24; B31; F55

Plano

1. Introdução
2. Caraça e o antifascismo na Europa
3. Os projectos de integração europeia
4. Impacto destes projectos em Portugal
5. A posição de Bento Caraça
6. Conclusões

Referências bibliográficas

1. Introdução¹

Bento de Jesus Caraça (1901-1948) é um personagem incontornável da vida política e intelectual portuguesa do período entre guerras e do segundo pós-guerra.

A sua intervenção pública compreendeu uma reflexão doutrinária e uma tomada de posição sobre a situação na Europa que não ignorou os projectos de integração europeia sustentados por alguns sectores intelectuais e políticos em diversos países europeus, incluindo Portugal.

A relação de Caraça com a Europa não se esgotou nessa reflexão, para mais fragmentária e não sistemática. A sua ligação à Europa no campo da cultura e da prática políticas coexistiu com uma integração efectiva no campo do saber matemático, designadamente através da participação em associações e encontros científicos internacionais, para além do relacionamento pessoal com diversos investigadores europeus. No entanto, este *paper* ocupa-se apenas do primeiro dos dois aspectos citados, entre outras razões, porque esse é um tópico não estudado na já relativamente extensa bibliografia publicada sobre a vida e a obra de Bento de Jesus Caraça.

Acresce que para além do interesse histórico há um elemento de actualidade naquela reflexão. É que, o actual período pós Guerra Fria repôs na agenda política internacional, ainda que de forma mitigada, algumas das incertezas e das possíveis soluções equacionadas no período em que Caraça interveio na vida pública.

¹ Comunicação apresentada no Colóquio Comemorativo *Os 70 anos dos Conceitos Fundamentais da Matemática de Bento de Jesus Caraça*, realizado no Instituto para a Investigação Interdisciplinar da Universidade de Lisboa em 25 de Outubro de 2012.

2. Caraça e o antifascismo na Europa

Na década de 1930, justamente aquela em que Caraça formou definitivamente as suas convicções e em que afirmou a sua intervenção pública, o cenário europeu era dominado no plano económico pelas sequelas da crise de 1929 e da Grande Depressão, em particular por uma regra de não-cooperação nas relações entre Estados, no plano filosófico pela emergência de doutrinas irracionalistas, desvalorizadoras da razão e da ciência, e no plano político, pela difusão e consolidação das ditaduras fascistas e nacionalistas, pela sublevação franquista em Espanha e, no fim da década, pelo eclodir da Segunda Guerra Mundial.

Neste contexto, Caraça, à semelhança de outros intelectuais da sua geração como Álvaro Cunhal, Vasco Magalhães Vilhena ou José Rodrigues Miguéis, situava-se na ala esquerda do espectro ideológico e político português, num sector assumidamente marxista que se propunha renovar o discurso crítico e que naturalmente dava combate à ditadura militar e ao Estado Novo em ordem à sua liquidação. Foi, aliás, na sequência de mais uma tomada de posição pública condenatória do referido Estado Novo que Caraça foi demitido da Universidade em 1946.

Em todos esses anos, as principais preocupações de Caraça relativamente à situação europeia eram dominadas pela questão instantânea do fascismo, pela perspectiva de uma nova guerra envolvendo a generalidade dos países europeus e pela eventualidade de uma Europa unificada no âmbito da “Ordem Nova” propagandeada pelo governo nazi.

Num primeiro momento, parece ter acreditado que aqueles regimes poderiam ser algo inconsistentes ou efémeros antecedendo uma nova vaga de revoluções proletárias na Europa, designadamente quando se referiu a Hitler como “o primeiro palhaço que lhe [à Alemanha] passou à beira” (Caraça, 2002a [1933]: 83), mas logo corrigiu essa sua eventual ideia ao denunciar a barbárie entretanto instaurada, nomeadamente quando notou que é “mais necessário e urgente que nunca pôr termo a esta coisa sórdida, anti-racional, a esta macacada que é a política europeia presente” e quando, já no limiar da guerra, acrescentou que “esta Europa entrou na fase central da carreira louca da morte; começou a *descida aos infernos*” (Caraça 2002b [1933 e 1939]: 128).

A atitude pacifista e antifascista de Caraça não se limitou a uma tomada de posição ética ou política genérica. Ela resultou num esforço continuado de dinamização cultural — que continha uma ideia de modernização, isto é, de europeização do país, sendo que o marxismo era ele próprio uma expressão da cultura europeia — e na adesão a organizações políticas antifascistas, em particular ao MUNAF e ao MUD — e ao que se sabe também ao próprio Partido Comunista Português —, mas também a organizações de abrangência europeia na perspectiva de envolvimento num combate comum com os demais povos europeus. Foi assim que procurou organizar um grupo de apoiantes do semanário *Monde*, um jornal animado por Henri Barbusse e Romain Rolland e importante na difusão das posições políticas da esquerda francesa na Europa, que organizou, ainda na primeira metade dos anos 30, a Liga contra a Guerra e o Fascismo em articulação com o Comité Mundial Contra a Guerra e o Fascismo e que se tornou representante em Portugal do

Comité Amsterdão-Pleyel, organismo dirigido por aqueles dois intelectuais progressistas e que teve um papel relevante na mobilização da intelectualidade europeia para a luta contra o fascismo.

Caraça revelava-se assim um dos intelectuais que, no dizer de Hobsbawm, “fosse qual fosse o seu país de origem, tendiam a ser co-participantes de uma cultura internacional de esquerda (...) e a identificarem-se com o comunismo ou, pelo menos, com o compromisso com a luta antifascista” (Hobsbawm, 2012: 265).

3. Os projectos de integração europeia

A situação da Europa no decurso dos anos 20 e 30, em particular o fraccionamento do espaço europeu com a constituição de novos estados, as dificuldades da recuperação económica e financeira, a decadência das potências do Continente relativamente a outros poderes emergentes e a necessidade de preservar a paz, potenciaram o aparecimento de uma variedade de projectos de integração europeia que, não obstante a limitada ressonância popular, deixaram então de ser uma mera criação de intelectuais mais ou menos isolados para alcançarem dimensão social e impacto político, sobretudo após a melhoria das relações entre a França e a Alemanha a partir da assinatura dos Tratados de Locarno em 1925.

Alguns desses projectos assumiam uma dimensão essencialmente privada, resultando na criação de cartéis transnacionais, enquanto outros, envolvendo já mais directamente os Estados, assumiam uma dimensão acentuadamente técnica, traduzindo um nível de integração fraco que não ia além da cooperação intergovernamental. Exemplos dessas formas de cooperação foram o Cartel Internacional do Aço, criado em 1926, e, no plano financeiro, a criação em 1930, por pressão da administração norte-americana, do *Bank for International Settlements*, o qual visava o processamento das operações relativas ao pagamento das reparações de guerra.

No entanto, alguns dos projectos de integração então surgidos tiveram uma maior abrangência e significado histórico. O mais importante deles foi o formulado por Richard de Coudenhove-Kalergi, um aristocrata austríaco liberal, que em 1923 lançou o livro *Pan-Europa* e no ano seguinte um *Manifesto Pan-Europeu* e um movimento com o propósito de promover uma ampla e continuada acção de propaganda da ideia de federação europeia e cuja base organizativa foi a denominada União Pan-Europeia.

Este movimento, esta “Europa dos espíritos, mesmo limitada a um microcosmos, contribuiu para uma visão moderna de Europa” (Ribeiro, 2003: 33) e acabou por encontrar eco em círculos e personagens políticos relevantes na cena política europeia, designadamente em Aristide Briand, por algum tempo secretário do Partido Socialista, prémio Nobel da Paz e várias vezes Ministro e Primeiro-Ministro da França, que apresentou ao parlamento do seu país e à Assembleia da Sociedade das Nações o projecto de construção dos Estados Unidos da Europa. Dessa apresentação resultou o *Memorando sobre a Organização de um Regime de União Federal*

Europeia, que foi sujeito à apreciação de vinte e seis Estados europeus (a Grécia foi um dos raros estados a aprovar o plano) e a criação, no âmbito da Sociedade das Nações, de uma Comissão de Estudos para a União Europeia, a qual não sobreviveu à morte do seu presidente, justamente Briand, em 1932.

Em contraponto com a hostilidade do aristocrata austríaco ao socialismo, as figuras mais representativas do marxismo revolucionário revelaram-se em regra indiferentes ou adversas aos projectos — que não só o de Coudenhove-Kalergi — visando a unificação da Europa nas condições históricas coevas, tendo o próprio Lenine sustentado desde cedo que “uma união pacífica das nações iguais em direitos na época do imperialismo é uma utopia” (Lenine, 1973 [1916]: 160). Em geral, os representantes desta corrente tenderam a sublinhar, sobretudo no decurso dos anos 30, o que consideravam ser a natureza reaccionária do projecto pan-europeu, tomando-o como uma peça da contra-ofensiva capitalista contra a URSS, não obstante ter sido por proposta do governo soviético que ocorreu em 1936, em articulação com a estratégia de apoio às Frentes Populares, uma fracassada tentativa de reactivação da acima citada Comissão (vd. Berki, 1989: 58).

À margem deste projecto outros surgiram em vários países e contextos, revelando abordagens muito diferenciadas, designadamente nos planos ideológico e social. Alguns desses projectos, ou mesmo apenas reflexões genéricas no âmbito da filosofia política, surgiram em meios de esquerda, — incluindo movimentos estudantis e sindicais — contendo assim, ao menos potencialmente, alguma afinidade com o ideário de Caraça.

Entre os autores desses projectos contava-se Karl Renner, representante destacado do então chamado austro-marxismo, que, ainda no início do século, propôs a criação de instituições europeias destinadas a regular as diversas nações redefinidas à margem da realidade geográfica e em função da opção cultural dos cidadãos. Pelo seu lado, Leon Trotsky defendeu a criação de uma união económica e política como elemento estratégico da revolução socialista na Europa. Já no início da década de 40 foi a vez dos antifascistas italianos Altiero Spinelli e Ernesto Rossi, então encarcerados na prisão de Ventotene, promoverem a difusão de um manifesto no qual afirmavam que a condição primeira do progresso da Europa era a abolição da sua divisão em estados nacionais. No plano das realizações colectivas teve particular significado a conferência realizada na Suíça, ainda em 1944, juntando representantes de diversos movimentos de resistência ao nazismo de oito países europeus na qual se concluía pela urgência de criação de uma União Federal dos Povos Europeus dotada de uma constituição federal, do correspondente supremo tribunal, de um governo e de exército comum e de um plano de reconstrução económica envolvendo a eliminação dos monopólios. Esta foi, aliás, apenas uma das tomadas de posição, porventura a de maior significado, e dos “debates sobre a ideia de União Europeia e sobre federações regionais na Europa que [então] tiveram lugar em grupos isolados da resistência bem como nos corredores do poder” (Stirk, 2000: 53).

A estas propostas formuladas por movimentos e líderes políticos acresceceram alguns estudos e ensaios produzidos por intelectuais progressistas sem funções de direcção política. Exemplo do primeiro caso é o estudo *Estados Unidos da Europa*, publicado em 1927 por Vladimir Woytinsky — porventura o mais completo estudo económico que a esquerda emitiu nessa época sobre integração — no qual este estatístico russo-alemão defendia a criação de uma união aduaneira europeia seguida da criação de um governo confederal. De entre os diversos ensaios políticos sustentando a ideia de federação europeia avulta o *Discours a la nation européenne*, publicado em Paris em 1933, por Julien Benda, um filósofo cuja obra viria a ter grande repercussão entre a intelectualidade progressista portuguesa.

Ainda que em contexto histórico muito diverso, o próprio Marx havia já admitido soluções federativas para problemas europeus, designadamente quando propôs “a transformação da presente união forçada numa confederação igual e livre [entre a Irlanda e a Inglaterra]” (Marx, 1870).

4. Impacto destes projectos em Portugal

Em Portugal existia alguma tradição em matéria de reflexão e de propostas sobre integração europeia, em particular ibérica (vd. Bastien, 2009 e Ventura, 1999), mas o tema foi naturalmente reavivado no período entre-guerras em consequência directa dos acontecimentos europeus e de novas ideias sobre o federalismo e sobre o futuro da Europa.

As propostas apresentadas por personagens ou movimentos de esquerda, em particular as acima referidas, não encontraram grande eco em Portugal, mas o mesmo não sucedeu com outras, nomeadamente com o mencionado projecto de Coudenhove-Kalergi.

Ao contrário do que sucedeu em diversos países europeus, o livro *Pan-Europa* não teve então, e até hoje, qualquer edição em Portugal — embora Coudenhove-Kalergi tenha sido entrevistado por uma jornalista portuguesa (Vasconcelos, 1928) —, nem, ao contrário do que sucedeu em outros países do continente, se publicaram revistas dedicadas à divulgação da ideia pan-europeia. Em qualquer caso, este projecto, auto-anunciado como o de uma “união política e económica de todos os Estados europeus, da Polónia até Portugal” (Coudenhove-Kalergi, 2010 [1923]: 31), contribuiu para suscitar o interesse dos meios políticos e intelectuais portugueses, de que resultou, nomeadamente, a publicação entre 1921 e 1940 de um número considerável de artigos em jornais diários e revistas, “cerca de uma centena e meia” (Silva, 2003: 74-75) sobre esta temática. Por regra, as personalidades situadas mais à esquerda tenderam a condenar a exclusão da Inglaterra e da URSS da eventual Europa integrada, tal como constava do projecto da Pan-Europa. Nalguns casos, para sustentar uma ideia de solidariedade universal organizativamente apoiada na Sociedade das Nações (ainda que contemplando a constituição de blocos regionais nos termos daquele projecto) e, noutros casos, para rejeitar cabalmente a ideia de uma Europa integrada. José

Rodrigues Miguéis, por exemplo, militante comunista e amigo pessoal de Bento Caraça, tomou posição clara contra o projecto não só por razões estritamente políticas – a exclusão da Rússia soviética, entre outras — mas também por considerar que “a Europa dos checos e dos lusitanos nunca poderá unir-se numa federação voluntária, jurídica, à imagem da união dos suíços; estes conseguiram o milagre porque o território reduzido e a comunidade de idênticos interesses estabeleceram desde cedo entre eles uma solidariedade natural. Mas do Tejo ao Vístula medeiam as distâncias, as raças, os climas, as diversidades geográficas” (Miguéis, 1926: 470). Não obstante, o projecto encontrou eco, em alguns casos tardio, em círculos oposicionistas, designadamente na Esquerda Democrática, através do seu líder, José Domingues dos Santos, e de Armando Cortesão, que, em 1944, num colóquio realizado em Londres, defendeu, entre outros aspectos, que “as colónias portuguesas deveriam ser colectivamente desenvolvidas por uma república federal ibérica” (Martins, 1997: 31).

O maior impacto destas ideias resultou no entanto da proposta de criação de um “laço federal europeu” apresentada em 1929 por Aristide Briand — ele próprio presidente honorário do Movimento Pan-Europeu — na Assembleia da Sociedade das Nações e da discussão do subsequente *Memorando*.

O governo português, não recusando formalmente a proposta, viu vantagem potencial na liberalização das trocas resultante da união aduaneira prevista no projecto mas apontou-lhe múltiplos inconvenientes (pôr em causa aliança inglesa e as relações com o Brasil, internacionalizar o aproveitamento das colónias,...) de forma a deixar clara a sua oposição a uma qualquer federação política no espaço europeu.

O tema foi, como já acima se notou, largamente tratado na imprensa portuguesa, designadamente em jornais, revistas e opúsculos, expressando na sua maioria opiniões genericamente favoráveis à ideia de integração europeia e mesmo à proposta de Briand. Num desses opúsculos, o da autoria do advogado Amaro Sacramento Monteiro, *Estados Unidos da Europa*, o mais extenso e documentado de quantos então se publicaram, defendia-se a construção de uma união europeia mediante a prévia formação de blocos regionais — devendo Portugal integrar o Bloco Latino — e concluía-se que “a ideia do EUE apoia-se em forças sociais poderosas: os partidos socialistas e o proletariado, essencialmente pacifistas, serão as suas molas propulsoras” (Monteiro, 1931: 84). Pelo seu lado, Emílio Costa, figura destacada do movimento anarquista, verberava os republicanos progressistas, notando que “há destes patriotas que são pessoas inteligentes, vivas e cultas, que se entusiasmam com ideias de progresso político, a quem não causam medo as doutrinas sociais mais avançadas, mas que são incapazes de despir o fato nacionalista. (...) Sejamos portanto, europeus — *Europe, ma patrie*, segundo a fórmula de Gaston Riou” (Costa, 1930: 123-124).

Este debate teve também lugar no plano académico, designadamente no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, justamente a escola onde Caraça era professor. Num primeiro momento, Moses Amzalak debruçou-se sobre a actividade da Sociedade das Nações defendendo a

necessidade dos entendimentos internacionais nos planos económico e financeiro mas sem nunca se referir aos projectos de federação europeia (Amzalak, 1929). Um seu assistente, António Maria Godinho, fundamentou posição favorável ao estabelecimento de um sistema de crédito agrícola internacional no âmbito da Sociedade das Nações mas, também ele, evitou considerações acerca de outras e mais cabais formas de integração europeia (Godinho, 1932).

Coube a Francisco António Correia, professor de política economia internacional, fundador da *Seara Nova*, duas vezes ministro da República, Director-Geral dos Negócios Comerciais do Ministério dos Negócios Estrangeiros e, tal como Amzalak, membro da Associação Portuguesa para a Sociedade das Nações (fundada em 1919), ser mais explícito e afirmativo que os seus pares acerca dos méritos de uma Europa federada. Em conferência realizada em Dezembro de 1929, este economista e político de convicções liberais analisou com algum detalhe as consequências do eventual processo de integração para o conjunto da Europa e procurou esclarecer as consequências que daí adviriam para a já então pouco competitiva economia portuguesa; isto é, os termos da crise económica portuguesa decorrente da integração formal num possível espaço europeu unificado e o modo de a superar. No essencial, afirmou-se favorável à criação de uma federação europeia e à participação de Portugal nessa federação, já que, a seu ver, a marginalização do país nesse processo com o consequente afastamento dos mercados europeus seria a pior solução (Correia, 1930).

5. A posição de Bento Caraça

Não há em Caraça uma reflexão aturada sobre o tema Europa embora algumas ideias possam ser reconstituídas a partir de textos e referências dispersas.

Com efeito, Caraça revela-se um cidadão da Europa, desde logo pela geografia, pela cultura e pela história mas tem relutância em aceitar uma ideia de Europa, de identidade europeia que vá para além da herança cultural. Essa herança está presente, no seu caso particular, na convergência do seu saber matemático, em boa parte tributário da obra dos “matemáticos humanistas” italianos, das suas ideias filosóficas e políticas, em particular do marxismo, e bem assim das figuras de Galileu e sobretudo de Newton, de cuja atitude científica se considera em alguma medida também herdeiro. Não obstante, e contrariamente a Marx, parece considerar que a Europa não tem unidade nem individualidade, que não existe verdadeiramente como um todo.

Aparentemente, Caraça admite a existência de uma “identidade europeia” mas não de uma “consciência europeia”, já que nesta “relewa, sobretudo, a dimensão moral e política, porque indicia a consciência da necessidade da construção europeia” (Ribeiro, 2003: 32).

A sua posição surge razoavelmente clara num texto publicado no semanário *O Globo*, em 1933, *Crepúsculo da Europa*. Põe aí justamente em causa a existência de um “espírito europeu”, que considera só admissível mediante “renúncia às tendências contraditórias e até opostas que se

têm revelado no decurso da história da Europa e do seu pensamento. No fundo, tal coisa não passa de um artifício da razão”. E acrescenta: “ A Europa deixou, na verdade, de ser um continente no sentido espiritual do termo. (...) Para restituí-la à sua unidade continental, os pensadores refugiam-se no absoluto, na abstracção das suas teorias. (...) Não é o momento de nos entreolharmos, procurando ansiosamente saber em que medida somos europeus ou australianos: mais do que nunca, despidos de preconceitos, devemos mergulhar nos problemas até tocarmos a essência do humano (Caraça, 2002c [1933]: 93-96).

Deste modo, o europeísmo mitigado, ou apenas retrospectivo, de Caraça conduziu-o a um quase silêncio sobre os diversos projectos concretos de integração económica e política da Europa, incluindo os formulados no âmbito da tradição europeísta portuguesa e os oriundos da esquerda reformista ou revolucionária dos diversos países europeus. Mas esse quase silêncio não escondia o seu desacordo, em linha com o ponto de vista já antes claramente enunciado pelo seu companheiro Miguéis, designadamente quando se referia genericamente a tais projectos como “locubrações racionais” e expressão de um “pensamento rectilíneo” (*idem*: 93) que ignora a história. Acresce que Caraça não deixou ainda de sublinhar o que considerava ser a ineficácia prática daqueles projectos — “impotentes para esclarecer e resolver os antagonismos que dilaceram a vida interior dos seus respectivos países, esses pensadores, julgam poder passar a esponja do espírito europeu sobre todas as dificuldades de ordem interna e internacional” (*idem*: 93) — e, sobretudo, de sugerir a sua duvidosa contribuição para a paz, aceitando de alguma forma a ideia de Bukharine de que “se a Europa inteira se unificar, o desarmamento não se realizará por isso; o militarismo retornará mais forte” (Bukharine, 1976 [1917]: 237-238).

Não terá sido por acaso que de entre as múltiplas conferências que organizou na Universidade Popular Portuguesa sobre grandes figuras morais contemporâneas apenas numa delas foi referida personalidade relacionada com o europeísmo, no caso “o homem célebre Briand” (Pedroso, 2007: 443), e que a própria Biblioteca Cosmos tenha ignorado quase por completo a problemática europeísta. Nas dezenas de títulos que compunham a colecção, só se encontra referência explícita a tal problemática num livro de Abel Salazar e ainda assim para concluir que “o novo conceito [Europa], actualmente em potência, mas não actual (...), levará por seu turno muitos séculos a definir” (Salazar, 1942: 138).

No plano político prático, a Europa constituía para Caraça um espaço onde se desenrolava o combate antifascista e onde deveria ocorrer a almejada revolução social, sobretudo numa conjuntura em que as tensões inter-estados se intensificavam, mas não um projecto doutrinário nem um programa económico ou político. Os próprios movimentos da oposição democrática em que teve papel relevante, designadamente o MUNAF, apontando para um Portugal e para uma Europa pós-fascistas, limitava-se a dispor no seu programa a “colaboração com as democracias mundiais e o reforço dos órgãos de cooperação internacional” (Pedroso, 2007: 477).

Ao europeísmo, e à semelhança de Romain Rolland ou de Paul Langevin, Caraça sobrepunha uma visão internacionalista. Na sua mais célebre conferência, *A Cultura Integral do Indivíduo*,

notava de uma forma genérica que o homem culto é aquele que “tem consciência da sua posição no cosmos e, em particular, na sociedade a que pertence” (Caraça, 2002c [1933]: 117). Decorria deste ponto de vista, como aliás já antes notou um autor, “a negação de um nacionalismo estreito e a afirmação de um cosmopolitismo internacionalista fundado na universalidade da razão humana” (Real, 2011: 383).

Este cosmopolitismo — ou este humanismo universalista, se se preferir — apontava para a formação da “pátria humana” (Caraça, 2002d [1931]: 73), mas não se confundia com o internacionalismo representado pela Sociedade das Nações. Como o próprio Caraça fazia questão de sublinhar, “as ideias do internacionalismo têm caminhado muito e têm conquistado muito terreno. Os próprios governos dos Estados promovem a criação de organismos superiores a cada um dos Estados independentes — Sociedade das Nações, Federação Europeia. São portanto internacionalistas, dum internacionalismo diferente é claro do aqui exposto, pois enquanto este se baseia na fraternidade real dos povos, aquele tem por objectivo a defesa de certos interesses que se não encontram já bem assegurados, considerando-se cada um Estado isolado, dentro das suas fronteiras “ (*idem*: 73-74).

Caraça, revelava assim um espírito mais internacionalista que propriamente europeu mas assumia também, diversamente do seu referente Henri Barbusse, que sustentava que “a razão manda-nos substituir o ideal patriótico pelo ideal humano e o nacionalismo pelo internacionalismo” (Barbusse, 1920: 93), um nacionalismo que “reconhece a existência de grupos étnicos com características próprias, [que] trabalha pelo desenvolvimento desses grupos (nações), [que] defende e propulsiona a autonomia das suas instituições de vida e cultura” (Caraça, 2002b [1933]: 113).

Esse nacionalismo, que envolvia o reconhecimento da nação como comunidade histórica, procurava não se confundir com a ideia que a humanidade deveria permanecer dividida em compartimentos estanques, e menos ainda hostis, porque contrários à “linha geral da evolução histórica” (*idem*: 114), e desdobrava-se no plano económico na afirmação do desenvolvimentismo enquanto ideologia genérica que, neste caso específico, continha no seu âmago as exigências de progresso científico e de formação integral dos indivíduos. Em qualquer caso, a reflexão sobre as condições do progresso económico no âmbito nacional — que na visão de Caraça se confundia com uma “primeira etapa” do processo revolucionário (Neves, 2008: 69) — ou sobre os eventuais méritos dos projectos de integração no reverter da decadência económica da Europa, revelava-se assaz sumária, porventura porque a visão marxista *sui generis* de Caraça não problematizava com clareza a relação base económica *versus* superestrutura nem contemplava a especificidade e a autonomia relativa das diferentes práticas sociais, designadamente da económica, e antes privilegiava “a cultura como o lugar-comum onde a diversidade de práticas sociais reconhece a sua efectiva unidade” (Pita, 1978: 529). As breves observações que dedicou às questões propriamente económicas justificam-se apenas por exigência política prática (os programas políticos) ou por

necessidade pontual de clarificação das condições materiais da instância superestrutural em que se movia a sua reflexão e a sua intervenção pública.

Apesar das referências à nação, esta parece surgir na sua reflexão, como de resto na tradição marxista em geral, como realidade incontornável no desenrolar da luta política — a própria revolução social é tomada num primeiro momento como um acto do proletariado nacional eliminando os seus exploradores directos —, mas não como força determinante no processo histórico, sendo por consequência analiticamente menos relevante que as classes sociais e que a humanidade globalmente considerada. O reconhecimento da especificidade da luta política relativamente à discussão teórica e doutrinária, conduziu Caraça à ideia de que há um lugar político para a nacionalidade e, como acima se indicou, até para um certo nacionalismo, mas que há sobretudo que atender ao confronto entre uma burguesia cosmopolita, não obstante esta revelar-se conflituosa e contraditória ao recorrer ao nacionalismo como argumento na luta entre as diversas potências, e o proletariado como realidade também internacional, desde logo porque o seu interesse de classe o conduzia na direcção da liberdade, da paz e da cooperação económica universal.

Em todo o caso, os fundadores do marxismo, que, ao contrário de Caraça, admitiram que “a subjugação moderna [do proletariado] ao capital (...) tirou-lhe todo o carácter nacional” (Marx e Engels, 1975 [1848]: 72) e se referiram explicitamente à “classe operária europeia” (Engels, 1975 [1888]: 39), também nunca se interessaram verdadeiramente pelo federalismo europeu. A própria tradição doutrinária marxista subsequente, designadamente a formulada no âmbito do Comintern, tendeu a privilegiar a ideia de Estado unitário de grande dimensão e a admitir soluções federalistas “apenas [enquanto] caminho para a união” (Gallisot, 1987: 227). Já antes Lenine, em texto de intervenção política que Caraça presumivelmente não conheceu, havia argumentado que os “Estados Unidos da Europa são possíveis como um acordo entre os capitalistas europeus ... mas com que finalidade? Somente com o objectivo de em conjunto liquidarem o socialismo na Europa (...)” (Lenine, 1973 [1915]: 354). Caraça, pelo seu lado, referiu-se passageiramente, e também, negativamente, como já acima se notou, às soluções federalistas para a Europa, mas ignorou a ideia de federação enquanto objecto de reflexão teórica ou doutrinária, ainda quando referida a um contexto socialista. Em qualquer caso, a sua visão da problemática das relações internacionais era afectada por uma abordagem moralista — “a política egoísta praticada durante anos pela França em relação a essa República [Weimar]” (Caraça, 2002b [1939]: 122) — e não coincidente com a do marxismo soviético, desde logo porque minimizadora da teoria do imperialismo. O próprio conceito de “expansão imperialista”, central na análise da problemática da integração capitalista regional e do federalismo no âmbito daquela corrente interpretativa, em particular em Lenine e em Bukharine, surgia apenas pontualmente nos escritos de Caraça e ainda assim para referir a Alemanha e a Itália fascistas mas não as potências imperialistas liberais (Caraça, 2002b [1933]: 122 e 126).

Apesar da divergência citada, Caraça admitia que a divisão da Europa tal qual se apresentava nos seus dias seria mais ou menos rapidamente superada pelas exigências unificadoras do desenvolvimento económico, pela emergência de uma consciência revolucionária proletária e universalista e por um processo instaurador do socialismo, cuja referência era a URSS: “a Europa nova há-de surgir ... aquecida pelo sol do Oriente, aquele longínquo Oriente onde se estão jogando os verdadeiros destinos do Mundo ” (Caraça, 2002b [1939]: 128).

As suas alusões a esse futuro são breves. Ainda que declarando que “a Humanidade segue no seu caminho uma evolução de sentido certo – a unificação” (Caraça, 2002a [1933]: 82), não é claro se concebia o mundo socialista como um mundo absolutamente unificado, à semelhança do imaginado por Lenine — “o socialismo tem por objectivo, não apenas pôr fim ao fraccionamento da humanidade em pequenos Estados e a todos os particularismos das nações, não apenas aproximar as nações, mas também realizar a sua fusão” (Lenine, 1973 [1916]: 159) — ou se antes admitia a sobrevida de nações enquanto entidades diferenciadas, embora sem o chauvinismo e o militarismo típicos da época capitalista, como sugeriu um dos estudiosos da sua obra: “o seu internacionalismo, que assentava no reconhecimento e colaboração das nações (...)” (Vilaça, 1999: 34). Ambas as perspectivas eram, aliás, compatíveis com a tradição marxista, incluindo a do marxismo soviético, também ele próprio algo ambíguo neste ponto, sobretudo quando a partir de meados dos anos 20 a doutrina do socialismo num só país enfraqueceu a visão internacionalista originária e valorizou o papel do Estado na transição para o socialismo. No limite, o comunismo não conteria nem classes nem Estado, pelo que não haveria aí lugar ao federalismo.

Apesar de nos planos teórico e filosófico Caraça se revelar um espírito independente e de dar curso a uma interpretação do marxismo com significativos elementos de originalidade, porventura determinada, ao menos em parte, pelo relativo isolamento em que decorreu a sua reflexão, já no plano político prático as suas posições, particularmente em matéria de integração europeia, não diferiram significativamente das vigentes no Comintern.

6. Conclusões

A ideia base de Bento Caraça é a de que a Europa não existe como um todo, a não ser como espírito, cultura, civilização, sendo que mesmo nestes sentidos é duvidoso que constitua uma unidade susceptível de fundamentar um projecto federalista.

A brevidade da reflexão sobre os projectos desse tipo explica-se, para além da razão invocada, pela circunstância de a sua intervenção pública decorrer num tempo em que tal problemática começava a deslocar-se para as margens da agenda política internacional.

Internamente, a sua atitude cívica e política situou-se à margem da intelectualidade republicana, ainda que socializante, ou anarquista. O seu ideário era outro tal como era outra a sua dinâmica doutrinária, definida em função de um pensamento europeu progressista.

No plano político prático, a sua atitude identificou-se no essencial com a visão dominante no movimento comunista internacional, designadamente no que respeita à recusa dos projectos federalistas europeus em debate e à afirmação de um internacionalismo resultante na ideia de um futuro mundo socialista unificado.

Não revelando particular profundidade ou originalidade, o discurso crítico de Caraça relativo à problemática da integração europeia tem relevância histórica pela circunstância de a sua obra, e em particular a sua definição de cultura integral, ter constituído “matriz de todo o pensamento destes jovens [intelectuais progressistas] da década de 30” (Leone, 2005: 164).

Referências bibliográficas

- Amzalak, M., 1929, *A Sociedade das Nações e a sua acção económica*, Lisboa, ISC.
- Barbusse, H., 1920, *La lueur dans l'abime. Ce que veut le Groupe Clarté*, Paris, Ed. Clarté.
- Bastien, C., 2009, *A integração europeia vista pelos economistas portugueses - uma perspectiva de longo prazo*, in "Análise Social", nº 191.
- Bukharine, N., 1976, *O imperialismo e a economia mundial*, Coimbra, Centelha.
- Berki, A. 1989, *Marxism and European Unity*, in P.M. R. Stirk, "European Unity in context – the Interwar Period", London and New York, Pinter Publishers.
- Caraça, B. J., 2002a, *O único remédio*, in B. J. Caraça, "Cultura e emancipação (1929-1933)", Porto, Campo das Letras.
- Caraça, B. J., 2002b, *A cultura integral do indivíduo – problema central do nosso tempo*, in B. J. Caraça, "Cultura e emancipação (1929-1933)", Porto, Campo das Letras.
- Caraça, B. J., 2002c, *Crepúsculo da Europa*, in B. J. Caraça, "Cultura e emancipação (1929-1933)", Porto, Campo das Letras.
- Caraça, B. J., 2002d, *As universidades populares e a cultura*, in B. J. Caraça, "Cultura e emancipação (1929-1933)", Porto, Campo das Letras.
- Correia, F. A., 1930, *Estados Unidos da Europa*, in "Revista do Instituto Superior de Comércio", nº 23.
- Costa, E. 1930, *Estados Unidos Europa e patriotismo de pé atrás*, in "Seara Nova", nº 200.
- Coudenhove-Kalergi, R., 2010, *Pan-Europa*, Madrid, Ediciones Encuentro.
- Engels, F., 1975, *Prefácio à edição inglesa de 1888*, in K. Marx e F. Engels, "Manifesto do Partido Comunista", Lisboa, Edições Avante!
- Gallisot, R., 1987, *O imperialismo e a questão colonial e nacional dos povos oprimidos*, in E. Hobsbawm, "História do marxismo", vol. 7, Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Godinho, A. M., 1932, *A Sociedade das Nações e o crédito agrícola internacional*, Lisboa, s/ed.
- Hobsbawm, E., 2012, *How to change the World*, London, Abacus.
- Lenine, V., 1974, *À propos du mot d'ordre des Etats-Unis d'Europe*, in "Oeuvres", t. 21, Paris/Moscov, Éditions Sociales/ Éditions du Progrès.
- Lenine, V., 1973, *La révolution socialiste et le droit des nations à disposer d'elles-mêmes*, in "Oeuvres", t. 22, Paris/Moscov, Éditions Sociales/ Éditions du Progrès.
- Leone, C., 2005, *Portugal extemporâneo – história das ideias do discurso crítico português no século XX*, vol. 2, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Martins, H., 1997, *O federalismo no pensamento político português*, in "Penélope", nº 18.
- Marx, K., 1870, *Confidential Communication on Bakunin*, in <http://www.marxists.org/archive/marx/works/1870/03/28.htm#s4>

- Marx, K.e Engels, F., 1975, *Manifesto do Partido Comunista*, Lisboa, Edições Avante!
- Miguéis, J. R., 1926, *Os Estados Unidos Europeus*, in “Seara Nova”, nº 96.
- Monteiro, A. S., 1931, *Estados Unidos da Europa*, Caxias, Tip. Do Reformatório Central de Lisboa “Padre António de Oliveira”.
- Neves, J., 2008, *Comunismo e nacionalismo em Portugal*, Lisboa, Tinta-da-China.
- Pedroso, A., 2007, *Bento de Jesus Caraça semeador de cultura e cidadania – inéditos e dispersos*, Porto. Campo das Letras.
- Pita, A. P., 1978, *Bento de Jesus Caraça e o problema da cultura*, in “Vértice”, nº 412-414.
- Ribeiro, M. M. T., 2003, *Os intelectuais e a ideia de Europa*, in M. M. T. Ribeiro *et alii*, “Portugal e a construção europeia”, Coimbra, Almedina.
- Real, M., 2011, *O pensamento português contemporâneo (1890-2010)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Salazar, A., 1942, *A crise da Europa*, Lisboa, Cosmos.
- Stirk, P., 2000, *A history of European Integration since 1914*, London e New York, Pinter.
- Vasconcelos, I., 1928, *A ideia da criação dos Estados Unidos da Europa*, in “Diário de Lisboa”, nº 2293, de 26.9.
- Ventura, A., 1999, *A Europa no pensamento republicano português oitocentista*, in S. C. Matos (coord.), “A construção da Europa – problemas e perspectivas”, Lisboa, Colibri.
- Vilaça, A. 1999, *Bento de Jesus Caraça – militante integral do ser humano*, Porto. Campo das Letras